



AVISO DE PRIVACIDADE – PROFISSIONAIS

1. ÂMBITO

O IIHSCJ pode recolher informação pessoal utilizando diversas fontes, incluindo a informação que lhe solicitamos na candidatura ao posto de trabalho, enquanto profissional no âmbito da sua contratação.

De forma a cumprirmos todas as obrigações, o tratamento de informação pessoal é necessário, para podermos formalizar a situação contratual, estabelecida ou que vamos estabelecer ao iniciarmos uma relação laboral. A falta desta informação pode impedir ou atrasar o cumprimento destas obrigações.

2. INFORMAÇÃO QUE LHE SOLICITAMOS

- (a) Dados de identificação (e.g. nome, idade, data de nascimento, fotografia...);
- (b) Contactos (e.g. telefone, email; morada);
- (c) Outra informação pessoal, sua e da sua família (e.g. estado civil, filhos, registo criminal)
- (d) Habilitações literárias e carreira profissional (e.g. Curriculum Vitae; categoria profissional);
- (e) Dados de empregos anteriores (e.g. Experiência profissional Datas de início e de fim das relações laborais anteriores);
- (f) Dados necessários à administração da relação de trabalho (Nº Cartão de Cidadão; NIF; Nº seg. Social; detalhes da conta bancária- IBAN; sindicato...);
- (g) Outros dados relevantes que respeitem, ao seu estatuto de profissional ou outro (e.g. localização do seu posto de trabalho, condições de trabalho, necessidades particulares, etc.);
- (h) Informações relativas a benefícios/acordos (e.g. permissão para estudar, subsídio de transporte etc.);
- (i) Dados biométricos, para controlo de assiduidade.



3. COMO USAMOS A SUA INFORMAÇÃO PESSOAL E QUAIS AS BASES LEGAIS

Usamos a sua informação pessoal em resultado da relação laboral estabelecida (atual ou passada) para:

Operação de tratamento de dados	Licitude do tratamento
Obrigações decorrentes do contrato	Execução Contratual; Obrigação Jurídica
Exercício dos direitos do Responsável do Tratamento	Execução Contratual; Obrigação Jurídica
Responder às questões e pedidos que nos são formulados	Interesses legítimos
Manter os registos atualizados	Interesses legítimos
Responder às obrigações Legais	Obrigação jurídica

Na generalidade dos casos as bases legais e regulamentares para tratar os seus dados pessoais estão relacionadas com uma das seguintes situações:

- 3.1 Cumprimento das obrigações contratuais, como por exemplo assegurar que o seu salário é processado corretamente (IRS retido, Seg. Social, Seguros, Sindicatos etc.) em conformidade com assiduidade e outros direitos de que seja titular.
- 3.2 Para cumprir as obrigações legais enquanto seu empregador, como por exemplo as relacionadas com higiene e segurança no trabalho, ou para terceiros (Autoridade Tributária, Segurança Social, Medicina no trabalho, Seguro de Acidentes de trabalho, Fundo de Compensação no Trabalho, Sindicatos...);
- 3.3 Para defender os interesses legítimos do IIHSCJ, como assegurar que o Instituto pode providenciar os serviços que possam requerer no âmbito da gestão dos recursos humanos bem como de que os nossos registos são precisos e estão atualizados.

4. OS SEUS DIREITOS RELATIVOS AOS SEUS DADOS PESSOAIS

Agradecemos que nos informe de todas as alterações nas informações que temos a seu respeito de forma a podermos dispor de uma informação correta e atual, nos nossos sistemas.

Pode aceder à sua informação pessoal, através de pedido formulado para esse efeito, dirigido aos contactos indicados no ponto 8.

Com base na informação consultada deve promover a sua retificação, que o IIHSCJ efetuará sem demoras injustificadas.

Poderá, em determinadas condições, opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais por motivos relacionados com a sua situação particular, limitar o seu uso ou solicitar-nos que



partilhemos esses dados com outras organizações num formato estruturado de uso corrente e de leitura automática.

Quando tiver dado um consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, pode retirá-lo a qualquer momento.

Para exercer os direitos indicados, por favor informe-nos através dos contactos indicados abaixo (ponto 9).

5. PARTILHA DE INFORMAÇÃO

Por regra, o IIHSCJ não transfere ou partilha com terceiros, (outros que não prestadores de serviços a agir sob nossa orientação e responsabilidade), informação relativa a dados pessoais, salvo se a isso for obrigado, por requisitos legais ou regulamentares.

O IIHSCJ pode subcontratar prestadores de serviços para situações em que existe essa necessidade ou que considere haver uma mais-valia, (higiene e segurança no trabalho...). Esta prerrogativa implica a necessidade de partilhar informação relativa a dados pessoais. O IIHSCJ tomará todas as medidas necessárias para garantir que os prestadores de serviços ofereçam todas as garantias de salvaguarda, segurança e confidencialidade dos dados pessoais partilhados. Agem exclusivamente de acordo com instruções que lhe são dirigidas pelo IIHSCJ, o que implica a regulação da relação existente por contrato.

Outras situações em que se pode divulgar a terceiros informação pessoal:

- a) Sempre que permitido por lei, na defesa dos interesses legítimos do IIHSCJ;
- b) Quando requerido por lei ou por outras obrigações regulamentares de organismos públicos (Segurança Social, A.T., IEFP, Medicina no Trabalho, FCT, Acidentes de trabalho...)
- c) Bancos, seguradoras, agências de viagens, hotéis, companhias de transportes.

6. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

O IIHSCJ garante a utilização das melhores técnicas, medidas organizativas e de segurança, para proteger as informações pessoais evitando a sua perda, o seu uso indevido, a sua alteração ou destruição, garantindo a sua integridade, disponibilidade e confidencialidade. Para isso, é exigido a todos os colaboradores, que mantenham os dados pessoais confidenciais. Apenas o pessoal autorizado e vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade deve ter acesso a esta informação.

Os dados serão conservados pelo período de tempo estritamente necessário para as finalidades do seu tratamento ou por determinação legal ou regulamentar. Durante o período de retenção é garantida integridade e o acesso aos dados.



7. TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO

A informação pessoal pode ser transferida, arquivada ou tratada num país diferente daquele onde foi recolhida e de origem dos titulares dos dados. Nesses casos a transferência de dados é feita de acordo com os requisitos do RGPD. Quando a transferência dos dados pessoais for efetuada para um país fora da União, serão sempre previstas garantias adequadas pelo recurso a regras vinculativas e com força legal, como cláusulas tipo aprovadas pela Comissão. Quando a transferência for efetuada para outras instituições do IIHSCJ, é sempre efetuada com base na política de proteção de dados do IIHSCJ e no caso de existirem, com base nas regras Corporativas, vinculativas para responsáveis pelo tratamento de dados e subcontratantes. Caso pretenda dispor de informação mais detalhada dos mecanismos e disposições usadas na transferência de dados pessoais, contacte-nos utilizando os contactos indicados no ponto 9.

8. PRIVACIDADE DE MENORES DE 16 ANOS

Dados pessoais relativos aos vossos familiares, incluindo crianças com menos de 16 anos, podem ser objeto de tratamento. Neste caso garantimos sempre a adequação do tratamento a efetuar com o RGPD e em particular com as disposições aplicadas a menores de 16 anos.

9. OS NOSSOS CONTACTOS

Para qualquer questão relacionada com o tratamento dos seus dados pessoais ou daqueles sobre os quais tem responsabilidade parental, por favor contacte-nos através de:

Responsável pela proteção de dados pessoais: epd@irmashospitaleiras.pt

Responsável pelos Recursos Humanos: rh.cscp@irmashospitaleiras.pt

O IIHSCJ tem o compromisso de colaborar na procura das melhores e mais justas resoluções para as reclamações relativas ao tratamento de dados pessoais que possa ter apresentado. Caso considere que o IIHSCJ não foi competente na resolução das reclamações apresentadas, tem o direito de apresentar essa reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados – através da sua página WEB com o seguinte endereço: <https://www.cnpd.pt>.

10. ALTERAÇÕES AO AVISO DE PRIVACIDADE

Pode sempre solicitar uma cópia do presente aviso de privacidade, utilizando para isso os contactos aqui indicados. O IIHSCJ pode modificar a sua política de proteção de dados. Poderá verificar a data da última atualização através da visualização da última revisão/versão que fará parte deste documento. Todas as alterações ao presente aviso consideram-se efetivas a partir da data da sua publicação.